



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
ACADEMIA DE ENSINO DA POLICIA CIVIL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INTELIGÊNCIA POLICIAL E ANÁLISE
CRIMINAL

RODRIGO PEREIRA FARIAS

PARCERIA ESTRATÉGICA NA INVESTIGAÇÃO DOS CRIMES DE TRÁFICO DE DROGAS
E HOMICÍDIOS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA, SOB A ÓTICA DA INTELIGÊNCIA
POLICIAL

João Pessoa-PB
Novembro de 2016

RODRIGO PEREIRA FARIAS

PARCERIA ESTRATÉGICA NA INVESTIGAÇÃO DOS CRIMES DE TRÁFICO DE
DROGAS E HOMICÍDIOS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA, SOB A ÓTICA DA
INTELIGÊNCIA POLICIAL

Trabalho de conclusão de curso apresentado à coordenação da Universidade Estadual da Paraíba e da Academia de Ensino da Polícia Civil, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em inteligência policial e análise criminal.

Orientadora

Ma Carla Goreth Araújo da Silva Farias.

João Pessoa – PB
Novembro de 2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F224p Farias, Rodrigo Pereira

Parceria estratégica na investigação dos crimes de tráfico de drogas e homicídios na cidade de João Pessoa, sob a ótica da Inteligência Policial [manuscrito] / Rodrigo Pereira Farias. - 2016.
51 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Inteligência Policial e Análise Criminal) -
Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2016.

"Orientação: Ma. Carla Goreth Araújo da Silva Farias,
Administração".

1. Tráfico de drogas 2. Homicídios 3. Parceria estratégica 4.
Segurança pública I. Título.

21. ed. CDD 364.177

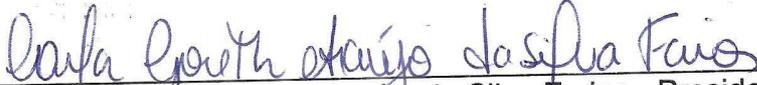


UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Coordenação Geral dos Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu*

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Aos 02 do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, às 15 horas, local ACADEPOL - João Pessoa- PB, reuniu-se, na forma e termos do Art. 26 do Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação "*Lato Sensu*" da UEPB, a banca examinadora, na qualidade de Presidente/orientadora, **Prof^a. Msc Carla Goreth Araújo da Silva Farias**, na qualidade de membros examinadores, **Prof^a. Msc Andréa Giovanna Lucena Dantas** e **Prof^a. Msc Suana Guarani de Melo** para julgamento da monografia do aluno **RODRIGO PEREIRA FARIAS** Intitulada "**A IMPORTÂNCIA DA PARCERIA ESTRATÉGICA NA INVESTIGAÇÃO DOS CRIMES DE TRÁFICO DE DROGAS E HOMICÍDIOS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA, SOB A ÓTICA DA INTELIGÊNCIA POLICIAL**". A sessão pública foi aberta pela Presidente **Prof^a Msc Suana Guarani de Melo**, convidou os professores examinadores para iniciar a arguição. Posteriormente, o presidente da banca examinadora solicitou a retirada da Assembleia para, em sessão secreta, avaliar o candidato. Após a análise da banca examinadora foi atribuído o conceito APROVADO com a nota 7,7 (____), o qual foi proclamado pela presidência perante o público presente. Face à aprovação, declarou o presidente achar-se o candidato legalmente habilitado a receber o certificado de **Especialista em Inteligência Policial e Análise Criminal**, cabendo à Universidade Estadual da Paraíba providenciar a expedição do certificado ao qual o mesmo faz jus. Nada mais havendo a tratar eu, **Romulo José Duarte Amancio**, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 02 de dezembro de 2016.

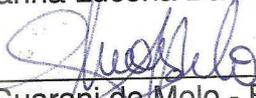
João Pessoa, 02 de dezembro de 2016.



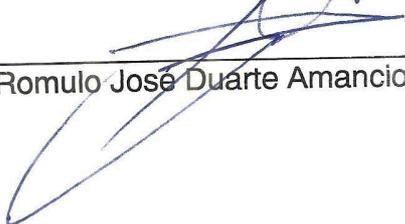
Prof^a. Msc. Carla Goreth Araújo da Silva Farias - Presidente/orientadora



Prof^a. Msc. Andréa Giovanna Lucena Dantas - Examinadora



Prof^a. Msc. Suana Guarani de Melo - Examinadora



Romulo José Duarte Amancio - Secretário

Ao mestre, Jesus Cristo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o todo poderoso. Palavras de agradecimento não existem para esse Deus. Por isso, deixo a minha gratidão.

A minha mãe, Maria José Pereira dos Santos, que tanto fez por mim para que eu chegasse até aqui. O sacrifício dedicado a mim foi intenso e, graças a isso, hoje colho bons frutos.

A minha esposa, Carla Goreth Araújo da Silva Farias, presente que Deus me deu e que está sempre ao meu lado para me ajudar e eu tenho sido uma pessoa muito melhor ao lado dela.

Ao meu filho, Carlos Guilherme Araújo Pereira Farias, o amor da minha vida, do qual me orgulho muito, pois além de ser meu filho, é parceiro, um grande amigo.

Aos colegas de trabalho que me apoiaram na elaboração desta pesquisa.

A Universidade Estadual da Paraíba, que em parceria com a Academia de Polícia Civil, me concederam a excelente oportunidade, cursar uma pós-graduação.

“Apenas no dicionário a palavra êxito vem antes de trabalho”.

Autor desconhecido.

RESUMO

A cidade de João Pessoa está entre as capitais mais violentas do Brasil, superando metrópoles nacionais, como Rio de Janeiro e São Paulo, em números de assassinatos dolosos, lesão corporal seguida de morte, latrocínio (roubo seguido de morte) e mortes ocorridas em decorrência de operações policiais, segundo pesquisas das: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Os veículos de comunicação nacionais e locais noticiam frequentemente homicídios decorrentes do consumo de drogas por parte da população. Tomado por base, dentre outros, estes aspectos, a pesquisa tem como objetivo abordar a importância de se adotar parceria estratégica na investigação dos crimes de tráfico de drogas e homicídios, como forma de contribuir na redução da violência na cidade. Vale salientar que, esta parceria inclui também o serviço de inteligência policial, uma vez que exerce a função de assessoramento de informações importantes para as investigações. Para tanto, foram realizadas pesquisas para pontuar os efeitos das principais drogas ilícitas no ser humano, sob o ponto de vista psicológico e físico, assim como análise dos aspectos financeiros em torno da comercialização ilegal das drogas, uma vez que culmina numa disputa incessante por mercados por parte dos envolvidos, com o objetivo de manter retorno financeiro crescente através da venda de entorpecentes, o que ocasiona a chamada guerra do tráfico. A análise foi realizada a partir de levantamento quali - quantitativo, ou seja, análise exploratória dos dados, utilizando-se de consulta bibliográfica e pesquisas a documentos oficiais disponibilizados na internet, jornais e revistas nacionais e internacionais.

Palavras-chave: Tráfico de Drogas. Homicídios. Parceria Estratégica. Segurança Pública.

ABSTRACT

The city of João Pessoa is one of the most violent capitals in Brazil, surpassing other national metropolis such as Rio de Janeiro and São Paulo in numbers of intentional murders, corporal injuries followed by death, armed robbery (theft followed by death) and deaths resulting from police operations, according to surveys by the State Secretariats of Public Security and Social Defense; the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the Brazilian Forum of Public Security. National media often reports homicides as outputs from drugs usage by population. Based on these aspects among others, this research aims to approach the importance of adopting a strategic partnership in the investigation of drug trafficking and homicides, as a way to contribute to the violence reduction in the city. It is important mention that such partnership also includes the police intelligence service, since it works as the advisory division for relevant information for investigations. In order to do so, this research was carried out to assess the effects of the main illicit drugs on the human body both from a psychological and from a physical side, as well as an analysis of the financial aspects related to illegal drug selling, since it culminates in an incessant dispute over markets, in order to maintain a growing financial return by the sale of narcotics, which causes the so-called traffic war. The analysis was based on quali-quantitative methods, which means an exploratory data review using a bibliographical consultation and research on official documents available on the Internet, and on national and international journals and magazines.

Keywords: Drug Trafficking. Homicides. Strategic Partnership. Public Security.

SUMÁRIO

Capítulo I – INTRODUÇÃO.....	12
Capítulo II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
2.1 Drogas ilícitas e violência.....	16
2.2 O Estado e as políticas estratégicas da segurança pública.....	19
Capítulo III - BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE HOMICÍDIOS E FACÇÕES CRIMINOSAS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA.....	24
Capítulo IV. OS EFEITOS E AS CONSEQUÊNCIAS DA DROGA NO SER HUMANO: ASPECTOS FÍSICOS, PSICOLÓGICOS E ECONÔMICOS.....	27
4.1 Efeitos do uso da maconha.....	28
4.2 Efeitos da cocaína no organismo humano.....	29
4.3 Os efeitos do crack no ser humano.....	31
4.4 Aspectos econômicos em torno do tráfico de drogas.....	31
Capítulo V. ANÁLISE DOS DADOS	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS.....	47

Lista de tabelas

Tabela 1: Número de homicídio por município e por bairro.....	26
Tabela 2: Fatores que explicam os homicídios no Brasil de 1990 a 2001.....	36
Tabela 3: Fatores que explicam os homicídios no Brasil de 2001 a 2007.....	39
Tabela 4: As cinquenta cidades mais violentas de 2013.....	42
Tabela 5: As cinquenta cidades mais violentas de 2014.....	43
Tabela 6: As cinquenta cidades mais violentas de 2015.....	44

Lista de Ilustrações

Figura 1: Facções criminosas em João Pessoa.....	27
Gráfico 1: Indicadores socioeconômicos no Brasil.....	37
Gráfico 2: Taxa de homicídios, desigualdade, armas e drogas no Brasil (2001 a 2010).....	40

Capítulo I - INTRODUÇÃO

O tráfico de entorpecentes é um tipo de crime que vem ocorrendo de forma contínua e crescente no Brasil. A Paraíba, por exemplo, com destaque para a capital, tem experimentado o crescimento desta prática em todas as esferas sociais. Constatou-se que o crime de homicídios também cresce em alta escala, conforme será estudado nos próximos capítulos, o que torna possível, a princípio, especular uma possível relação entre dois crimes, até pelos efeitos que as drogas causam no psicológico do dependente, o que o torna vulnerável a praticar atos que fogem do seu próprio controle, conforme análise que será realizada posteriormente.

Informações que circulam diariamente nos veículos de comunicação nacional e local, demonstram que possivelmente exista a relação entre os crimes. Através da leitura dos principais jornais, telejornais e revistas do país, sempre teremos informações desta magnitude. Sob este ponto de vista, torna-se viável investigar a relevância em se adotar políticas de fortalecimento da ação pública no combate à criminalidade e, a parceria junto às investigações seria um passo importante para tal.

A relação existente entre drogas e violência pode ser explicada sob três pontos de vista: o psicológico, o financeiro-econômico e a disputa por mercados por parte dos traficantes, também conhecido como guerra do tráfico.

Sob o ponto de vista psicológico, o indivíduo dependente pode praticar crimes devido à mudança que a droga ocasiona na mente do dependente, ou seja, o efeito da droga faz com que este tome atitudes inesperadas, fora do seu consciente.

O segundo ponto de vista está relacionado a fatores financeiros. O dependente consome drogas de maneira descontrolada devido à dependência e a ansiedade causada por elas no organismo humano e, por vezes, não honra os compromissos de pagamento das dívidas com os traficantes, uma vez que o acúmulo de dívidas se torna insustentável. Diante disto, muitos dependentes são executados. De todo modo, pode-se constatar que o fator psicológico está relacionado à prática do crime até mesmo sob o ponto de vista financeiro, visto que o indivíduo se torna tão dependente que os efeitos da droga na mente humana fazem com que ele pratique atos involuntários e consuma drogas de forma desenfreada a ponto de adquirir dívidas crescentes com traficantes, ou seja, o fator psicológico leva o indivíduo a contrair dívidas de forma substancial.

A disputa por mercados por parte dos traficantes também pode explicar uma possível relação entre drogas e homicídios, uma vez que os traficantes buscam maximizar os seus lucros através do aumento das vendas de drogas em pontos estratégicos, o que leva a disputa por territórios, resultando em mais violência

Este trabalho busca identificar a relação entre os crimes e demonstrar a importância de uma parceria estratégica entre as delegacias que investigam esses crimes, com o intuito de inibir estas práticas, uma vez que crescem de forma demasiada, desafiando a segurança pública nacional.

O estado da Paraíba está inserido no cenário nacional como um dos estados mais pobres da federação no que se diz respeito ao seu PIB, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tal marca, compromete diretamente os diversos setores que compõem os pilares de sua economia: segurança pública, eficiência da máquina pública, sustentabilidade social, capital humano, infraestrutura, inovação, educação, potencial de mercado, solidez fiscal, sustentabilidade ambiental, etc.

Estes fatores interferem diretamente no poder aquisitivo e no desenvolvimento do bem estar econômico e social da população paraibana, incluindo a capital, fazendo com que a parte menos favorecida financeiramente ao invés de diminuir, aumente cada vez mais a pobreza, a precariedade do sistema educacional e o aumento no nível de desemprego (BARBOSA, 2016).

Diante do contexto apresentado, alguns buscam formas alternativas de geração de renda, entre elas o tráfico de drogas, visto que muitas delas (lembrando que boa parte delas são adolescentes e pré-adolescentes) veem o tráfico como uma oportunidade para adquirir renda, alcançar status que dificilmente conseguiriam atingir pela forma legal. O tráfico de entorpecentes causa a ilusão de que a pessoa que comercializa terá vida fácil, riqueza e outros bens que o dinheiro pode trazer, só que na vida real, o que se vê é uma guerra sangrenta e incessante. A busca pelo “poder” no mundo das drogas tem seu preço e que muitas vezes esse preço é a própria vida (BARBOSA, 2016).

As políticas desenvolvidas pelo poder público, na tentativa de reprimir tais ações, não têm sido suficientes para conter a onda de crimes, não têm obtido êxito satisfatório, uma vez que a criminalidade continua assolando o nosso país. Neste contexto, questiona-se: existe uma relação entre drogas e homicídios de modo a

justificar uma parceria estratégica entre as delegacias que investigam estes crimes e, com isso, inibir tais práticas e culminar no melhoramento do bem estar da sociedade?

Em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no ano de 2014, constatou-se que o aumento no consumo de drogas ilícitas afetou diretamente os índices de violência no país e isto tornou o mercado de drogas o principal causador de homicídios nas últimas décadas, aponta o estudo.

Documentos publicados pela imprensa brasileira, também apontam a relação existente entre droga e número de homicídios. Em reportagem publicada pelos pesquisadores do grupo UN/MBR, por exemplo, identificou-se que 56,12% dos homicídios no Brasil, têm ligação direta com o tráfico de drogas.

Observando este contexto, podemos constatar a relevância em se adotar métodos estratégicos que resultem na diminuição de tais estatísticas, resultando em segurança com qualidade para a sociedade.

O que se sugere na realidade seria uma parceria bastante incisiva entre a Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE) e a Delegacia de Crimes contra a Pessoa (DCCPES), pois facilitaria as investigações, no que diz respeito a essas duas modalidades criminosas.

Quando tratamos de parceria, a mesma não se limitaria apenas ao serviço realizado pelos agentes de campo ou aos que fazem o trabalho interno dentro das suas respectivas delegacias, mas sim uma união também dos seus núcleos de inteligência, tendo em vista que, nos últimos anos, o trabalho da inteligência policial juntamente com as citadas delegacias especializadas, tem obtido muito sucesso, mas os resultados poderiam ser ainda melhores se ambas trabalhassem em conjunto.

Diante do contexto apresentado, a presente pesquisa tem como objetivo geral, investigar a importância de se adotar parceria estratégica na investigação dos crimes de tráfico de drogas e homicídios, como forma de assegurar redução nos índices de violência na cidade de João Pessoa. Com relação aos objetivos específicos temos:

- a) Estudar os efeitos que a droga causa no ser humano.
- b) Identificar a relação existente entre tráfico de drogas e homicídios;
- c) Realizar a análise dos dados e informações coletados, tendo em vista constatar a necessidade de haver um trabalho conjunto entre os investigadores envolvidos na elucidação dessas práticas criminosas.

Para atingir os objetivos propostos pela presente pesquisa, fez-se inicialmente levantamentos bibliográficos e documentais, ou seja, análise exploratória dos dados e informações no âmbito nacional e local acerca do tema proposto. A pesquisa se configura como aplicada, uma vez que possui em sua essência um interesse de aplicação prática a fim de solucionar problemas concernentes à realidade na segurança pública do estado da Paraíba.

Os dados secundários foram coletados a partir de consultas a documentos oficiais disponibilizados por instituições locais, nacionais e internacionais, como exemplo: Secretaria de Segurança e Defesa Social (SEDS), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Organização das Nações Unidas (ONU), etc.

Simultaneamente, foram realizadas pesquisas na internet, com o objetivo de focar na atualidade da pesquisa e atentar para o advento da comunicação com os portais oficiais que tratam do tema estudado.

Levando-se em consideração os objetivos propostos pela pesquisa, trata-se de pesquisa exploratória, implicando em consultas aos portais oficiais, assim como a análise do levantamento da literatura. Trata-se de análise científica qualitativa e quantitativa, tendo em vista que a ênfase maior está na geração de conhecimento e em aplicações estatísticas em torno das variáveis envolvidas na pesquisa.

Assim, os procedimentos metodológicos adotados foram desenvolvidos a partir de uma revisão de literatura no campo de estudo das drogas e suas possíveis relações com a prática de homicídios, sendo necessárias consultas contínuas às fontes importantes envolvendo a temática.

No capítulo II foi realizado um levantamento teórico em torno do tema, de modo a sustentar a ideia a ser trabalhada no presente trabalho. Em seguida, foi elaborada uma contextualização em torno dos homicídios que vem ocorrendo em João Pessoa e presença de facções criminosas na cidade. No capítulo 4 foram realizadas pesquisas em torno das consequências e efeitos do uso de drogas no ser humano, de modo a identificar como a droga leva a violência. Por último, foram avaliados um conjunto de dados e informações envolvendo o tema, de modo a identificar os fatores explicativos em torno dos homicídios, entre eles o tráfico de drogas.

Capítulo II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo será apresentado alguns aspectos teóricos relacionando existência entre drogas ilícitas e violência, assim como aspectos teóricos das estratégias da segurança pública voltadas ao combate da criminalidade.

2.1 Drogas ilícitas e violência

Muitos podem ser os fatores explicativos em torno da prática de violência, entre eles o consumo e o tráfico de drogas ilícitas, conforme atesta Saporì *et al*, 2010, p. 3: “O fator tráfico de drogas é incorporado, então, como possível variável explicativa da dinâmica da violência”.

A relação entre as variáveis destacadas acima também é explicada por Perez *apud* Freitas e Francisquinho que destaca:

Na maioria das vezes, a palavra droga aparece, nas manchetes, associada às palavras briga, assalto, tiroteio e morte, em segundo lugar, ainda que com menor frequência, a palavra droga vem seguida de conceitos tais como adulteração, “overdose” e morte. Observe-se que em ambos os casos o encadeamento conceitual termina no dano socialmente mais grave: a morte (PEREZ, 1987, p. 6 *apud* FREITAS E FRANCISQUINHO, 2008).

Observe que a palavra droga, em sua essência, conforme explicado na citação acima, já remete aos danos proporcionados por ela, inclusive a morte.

Em documento elaborado pelo Ministério da Justiça (2011, p. 11), destaca-se que o uso das drogas ocasiona, dentre outros, a prática da violência: “É muito importante observar, no entanto, que nosso uso de drogas, está associado a um número muito grande de problemas, principalmente violência, acidentes e AIDS”.

A relação entre crime e tráfico de drogas também é destacada por Zaluar (2004, p. 44): “não é, porém, a cocaína que mata, mas o tráfico, pela forma como se organizou”.

Zaluar (2004) remete-se a uma observação importante: o mercado existente por trás do tráfico de drogas. Ela explica que, a cocaína em si, os seus efeitos físicos não matam, mas as relações entre traficante e viciado podem levar à morte, ou seja, os efeitos das relações mercadológicas levam a morte. Isso pode ser através da disputa por mercados por parte dos traficantes, assim como as dívidas contraídas pelo usuário.

Até certo ponto a observação de Zaluar é pertinente. Porém, os efeitos físicos da cocaína também podem levar à morte, conforme destaca o Ministério da Justiça:

Outra possibilidade perigosa é a overdose, não muito rara em usuários de cocaína injetada. Nesse caso, a morte pode ocorrer por convulsão, falência cardíaca ou depressão respiratória. Para aqueles que injetam cocaína, o risco de contrair hepatites, AIDS e outras infecções, pelo uso de seringas contaminadas, é também alto. Finalmente, no caso do usuário ser tomado por crises paranóicas, aumenta ainda mais o risco de ocorrência de violência e acidentes. Na tentativa de lidar com o pavor e a sensação de perseguição, o usuário pode ferir a si mesmo e aos outros, de modo muitas vezes irremediável (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2011, p.25).

Goldstein (1985) também explica a relação existente entre drogas e violência. Para ele, os homicídios oriundos do consumo e do comércio de drogas podem acontecer sob diferentes pontos de vista, quais sejam:

1. **Efeitos psicofarmacológicos das drogas:** Tais efeitos ocorrem quando o indivíduo após fazer uso de substância entorpecente chega ao ponto de perder a razão, a sua capacidade de raciocinar de forma coerente, agindo assim de forma incontrolável, com a possibilidade de vir a ocasionar ações de forma violenta. Esta alteração que o indivíduo sofre, quando está sob o efeito de drogas, faz crescer os riscos de vitimização. A violência psicofarmacológica tende a provocar irritação no humor do viciado, que pode ser associada a síndromes de substâncias que provoquem a dependência química.
2. **Formação de compulsão Econômica:** Em muitos casos de pessoas que estão se tornando viciadas em consumo drogas ilícitas e passam a usar quantidades cada vez maiores dessas substâncias, nota-se que a porção a ser consumida vai aumentando gradativamente e os intervalos de tempo do uso da droga vão diminuindo, até que o usuário chega ao ponto de não possuir mais recursos financeiros para acompanhar esse ritmo. Em algumas situações o indivíduo já esgotou suas finanças, se desfez de seus bens e valores, só que o vício pelo uso da droga continua e ele precisa de alguma forma ser mantido, o que muitas vezes leva o viciado a enveredar pelo caminho do roubo e furto, com a intenção de conseguir de alguma maneira recursos econômicos para poder voltar a ter condições de sustentar seu vício. Na tentativa de cometer tais crimes o viciado ao abordar suas vítimas pode gerar violência ao ponto do

mesmo cometer homicídio ou até mesmo ser assassinado em caso de uma reação da vítima.

3. **Violência Sistêmica:** esta dinâmica está diretamente relacionada à guerra que o tráfico de drogas ilícitas proporciona, disputas sangrentas que culminam em brigas por territórios, confrontos entre facções rivais, ou até mesmo entre traficantes que compõem a mesma facção criminosa, que por conta de dívidas de drogas que não foram quitadas ou por conduta divergente de um componente em relação ao restante do grupo, geralmente pagam com a própria vida; a expulsão ou até assassinato de informantes que moram ou frequentam a comunidade comandada pelo tráfico, dentre outros motivos que levam os traficantes a executarem outros traficantes ou pessoas associadas aos mesmos.

Blusmsteisn (1995) também explica a relação existente entre drogas ilícitas e violência. Ele foi o primeiro autor que criou um estudo sobre os efeitos da comercialização das drogas ilícitas, mais precisamente o crack, comercialização esta que originara uma epidemia de homicídios, e que as principais vítimas seriam jovens de classe econômica mais baixa nas grandes cidades norte americanas entre os anos 80 e 90.

A conexão existente entre o tráfico de substância entorpecente e os homicídios é proposto por Blusmsteisn (1995), mostrando que o tráfico de drogas causava efeitos diretamente no meio social, tais efeitos são qualificados pelo autor como: “efeito de desorganização da comunidade”, onde são observados os padrões e normas de conduta que o tráfico de drogas implanta na sociedade, influenciando a maneira de vida, procedimentos, hábitos e comportamentos das pessoas, criando-se assim uma tendência de se recorrer à violência física para solução de conflitos diários.

Em seu trabalho Blusmsteisn (1995), na intenção de explicar a epidemia de homicídios que atormentava a sociedade dos Estados Unidos, aponta dois processos interligados: a crescente propagação do mercado de crack em várias cidades norte-americanas e a expansão do uso das armas de fogo pelo público jovem nessas respectivas cidades. Os motivos que contribuíram para que o uso do crack se alastrasse em diversas cidades nos Estados Unidos foram: o baixo custo de venda, em relação a outros entorpecentes e o seu alto poder viciante. O crack rapidamente

emergiu um alto mercado consumidor, que abrangeu em sua maioria as classes sociais mais pobres.

A dependência que esta droga proporciona a seus usuários fez com que eles passassem a efetuar diversas transações comerciais diariamente, no intuito de satisfazerem seu vício, o que aumentou a lucratividade em sua comercialização. Com a intensificação da venda do crack, os traficantes da região, precisavam se adequar a esta realidade, tendo em vista que a demanda de vendas só tendia a aumentar, eles precisavam arregimentar e recrutar mais pessoas para trabalhar no tráfico e o principal alvos desses criminosos eram pessoas negras, de baixo poder aquisitivo, que viviam em comunidades carentes e viam no tráfico a possibilidade de ascensão de classe social.

Desta forma iniciou-se a busca de armas de fogo para proteger seus territórios e também para fazerem sua auto proteção, tendo em vista que esses jovens estariam passando a viver dentro de um contexto cujo modo de vida seria baseado nos conflitos marcados pela violência. Segundo Blusmsteisn (1995) a partir daí criou-se uma tendência, em que diversos jovens, muitos deles até não envolvidos com o tráfico de drogas, também passaram a querer fazer uso de arma de fogo, pelo fato de que se criou um “símbolo de statussocial” pelo uso das armas dentro das comunidades. Tal tendência passou a aumentar o poder de letalidade nos conflitos diários, fazendo crescer conseqüentemente o número de homicídios na região.

2.2 O Estado e as políticas estratégicas da segurança pública

A sociedade brasileira, desde que começou a ser formada e a tomar corpo de nação, vem enfrentando diversos problemas, desde os gêneses até os dias atuais, dentre os quais podemos citar alguns deles: corrupção, conflitos políticos, aumento excessivo da criminalidade, pobreza, desigualdade social, exclusão social em geral e dentre estes se destaca o consumo de drogas ilícitas tais como: maconha, cocaína e crack.

Em relatório, a ONU destacou que o Brasil devido à vulnerabilidade social e econômica, tornou-se dono de um grande mercado consumidor de drogas ilícitas. Esta vulnerabilidade também pode ser explicada pela sua localização geográfica que propicia ser utilizado como uma ponte de escoamento do entorpecente para

abastecimento do mercado consumidor europeu. Outro motivo que fez do Brasil um grande comércio para o tráfico de drogas ilícitas é a sua crescente população urbana (UNODC, 2014).

Na Paraíba, por exemplo, o poder público adota políticas de segurança de forma lenta e reativa, oferecendo poucas alternativas de incentivo à população de não consumir drogas, o que corrobora o que diz Marcelo Ribeiro de Araújo, especialista em dependência química e pesquisador principal do Instituto Nacional de Políticas Públicas do Álcool e Drogas (INPAD), “de nada valerão investimentos em saúde, se não houver um combate ao tráfico de drogas no campo da segurança pública” (ABEAD, 2012).

Adorno afirma, de uma forma geral, que:

As políticas públicas de segurança, justiça e penitenciárias não têm contido o crescimento dos crimes, das graves violações dos direitos humanos e da violência em geral. Apesar das pressões sociais e das mudanças estimuladas por investimentos promovidos pelos governos estaduais e federal, em recursos materiais e humanos e na renovação das diretrizes institucionais que orientam as agências responsáveis pelo controle da ordem pública, os resultados ainda parecem tímidos e pouco visíveis (ADORNO, 2002, p. 8).

Sapori continua a explicar com os seguintes argumentos:

Planejamento, monitoramento, avaliação de resultados, gasto eficiente dos recursos financeiros não têm sido procedimentos usuais nas ações de combate à criminalidade, seja no executivo federal, seja nos executivos estaduais. Desse ponto de vista, a história das políticas de segurança pública na sociedade brasileira nas duas últimas décadas se resume a uma série de intervenções governamentais espasmódicas, meramente reativas, voltadas para a solução imediata de crises que assolam a ordem pública [...] (SAPORI, 2007, p. 109).

O papel das organizações políticas, dentre elas o Estado, têm sido reestruturado com a finalidade de atender ao dinâmico movimento da sociedade, acompanhando assim o processo civilizacional, tentando suprir a necessidade da segurança como garantia do exercício da cidadania, levando-se em consideração que a sociedade moderna vive numa constante movimentação e rupturas, provocadas pelo dinamismo do processo contraditório que alimenta a sustentação do sistema capitalista (ADORNO, 1996, BENGOCHEA *et al* , 2004, SAPORI, 2007).

O Estado entra com a responsabilidade de prover o controle social, pela via de mecanismos jurídicos e aparatos institucionais, procurando criar mecanismos e estratégias de controle social e enfrentamento da violência e da criminalidade,

racionalizando as ferramentas da punição (ADORNO, 1996, BENGOCHEA *et al* , 2004, SAPORI, 2007).

Conforme explica Bengochea:

A segurança pública é um processo sistêmico e otimizado que envolve um conjunto de ações públicas e comunitárias, visando assegurar a proteção do indivíduo e da coletividade e a ampliação da justiça da punição, recuperação e tratamento dos que violam a lei, garantindo direitos e cidadania a todos. Um processo sistêmico porque envolve, num mesmo cenário, um conjunto de conhecimentos e ferramentas de competência dos poderes constituídos e ao alcance da comunidade organizada, interagindo e compartilhando visão, compromissos e objetivos comuns; e otimizado porque depende de decisões rápidas e de resultados imediatos (BENGOCHEA *et al.*, 2004, p. 120).

A realidade atual vem sendo caracterizada pelo processo de globalização econômico-financeira, impelindo à redefinição do papel do Estado na gestão pública e o seu relacionamento com o mercado e a sociedade. O Estado por sua vez se vê diante de um desafio no processo de gestão da política de segurança pública, como suporte para o enfrentamento da violência e criminalidade.

Pereira atesta que:

Trata-se, pois, a política pública, de uma estratégia de ação, pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva na qual tanto o Estado como a sociedade desempenham papéis ativos. Eis porque o estudo da política pública é também o estudo do Estado em ação nas suas permanentes relações de reciprocidade e antagonismo com a sociedade, a qual constitui o espaço privilegiado das classes sociais (PEREIRA, 2009, p. 96).

Para que as políticas públicas elaboradas pelo Estado sejam bem sucedidas, levando-se em consideração a constituição de uma política de segurança pública, é necessário, por exemplo, a incisiva participação da sociedade por meio de suas instituições representativas, isto poderia facilitar a execução de tais políticas. A efetiva participação social, democratizando o aparelho estatal, com o objetivo de garantir uma segurança cidadã digna, poderia criar facilidades para os mecanismos e as estratégias de enfrentamento da violência e da criminalidade criadas pelo estado.

Estado e sociedade precisam fazer a sua parte no que diz respeito à definição de estratégias públicas e de poder que legitimam o processo pelo qual se desenvolve a política pública. Desta forma, as relações entre o estado e a sociedade constituirá o fundamento, da construção de uma política pública, mantendo-se assim uma relação de reciprocidade e antagonismo, formando um espaço privilegiado das classes sociais.

Trazendo para a realidade do estado da Paraíba, nota-se que existe uma deficiência no que diz respeito às políticas voltadas para segurança pública em relação às estratégias voltadas para as polícias. Porém, a inconsistência dessas políticas não pode ser explicada por elas isoladamente. O sistema é composto por várias áreas e a ausência de políticas eficazes em determinados setores podem comprometer os avanços das políticas na área de segurança, a exemplo das políticas educacionais, conforme explica o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA):

Com muitas portas fechadas, na família, no convívio social, na escola e no mercado de trabalho, a única porta aberta será o mercado do crime, com a possibilidade de retornos financeiros e simbólicos rápidos. Nesse momento, o crime sempre valerá a pena (IPEA, 2016, p. 10).

Nóbrega (2012) reforça que para se planejar política de segurança pública na Paraíba precisam-se superar alguns obstáculos dentre os diversos existentes. O autor cita alguns: falta de investimento em tecnologias, em equipamentos necessários para o efetivo desempenho do trabalho dos setores que compõem a segurança pública, ausência de um banco de dados de informações criminais, falta de integração entre os órgãos do governo que compõem o estado, como por exemplo, o Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba (DETRAN-PB), que poderia ser útil para prestar informações, tendo em vista que este setor possui um completo banco de dados referentes veículos e condutores; a Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) que possui banco de dados importantes com nomes e endereços de pessoas, que poderiam auxiliar diretamente nas investigações, etc.

Outro órgão importante no compartilhamento de informações corresponde ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE). O órgão possui banco de dados completo e seguro que podem contribuir significativamente nos trabalhos de investigação. É importante destacar que, a referida fonte de pesquisa não ficasse restrita apenas ao TRE-PB, mas em todo território nacional, uma vez que após o cadastramento biométrico realizado recentemente junto aos eleitores brasileiros, muitos tiveram os seus dados atualizados, por conta dos novos métodos de votação.

As relações com o Ministério Público que atua na figura do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (GAECO) e com o sistema penitenciário (lembrando que, a maioria dos líderes das facções criminosas em suas respectivas comunidades que atuam na capital do estado encontra-se cumprindo pena nos presídios da grande João Pessoa e em presídios federais espalhados pelo Brasil),

também poderiam ser melhoradas, com clareza e precisão das informações disponibilizadas para fins investigativos, dentre outros, se o poder público não conseguir colocar em prática um planejamento estratégico levando em consideração além destes fatores comprometimento, profissionalismo, visando que os resultados buscados ocorram em médio ou longo prazo, a situação do estado frente ao combate à criminalidade ficará estagnada e a tendência é piorar, com o passar dos anos.

Diante do contexto apresentado, percebe-se a necessidade de se implantar políticas estratégicas voltadas para a segurança pública, a fim de assegurar melhorias na qualidade de vida da população, de garantir o direito de ir e vir do cidadão.

Em relatório de gestão da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) para o exercício do ano de 2006, é constatado a necessidade de ações para reestruturação e integração de diversas organizações, incorporadas ao projeto de Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), ou seja:

Modernização Organizacional das Instituições do Sistema de Segurança Pública (Implantação da Segurança Cidadã). Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional. Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais de Segurança Pública. Apoio à Implantação de Projetos de Prevenção da Violência. Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais. Reaparelhamento das Instituições de Segurança Pública. Apoio à Repressão Qualificada. Força Nacional de Segurança Pública.

Constata-se no relatório da SENASP a ideia de integrar órgãos e ações voltados à segurança pública, no âmbito de implantação da SUSP. Este raciocínio de reestruturação e integração inclui e reforça a proposta da presente pesquisa, em integrar os trabalhos das polícias no combate a criminalidade.

No entanto, como destacado anteriormente, além das políticas voltadas para a segurança pública, é fundamental políticas públicas para a educação, geração de renda, etc. de modo a sustentar as demais ações aplicadas pelo estado. São necessárias políticas efetivas e persistentes, que saiam do papel e se tornem ativas e com isso fortaleça as ações realizadas na segurança.

Capítulo III - BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE HOMICÍDIOS E FACÇÕES CRIMINOSAS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA

Conforme citado anteriormente, a pesquisa está sendo desenvolvida de modo a identificar a correlação existente entre a violência e o tráfico de drogas, ou seja, os motivos pelos quais têm crescido o número de homicídios, destacando entre eles o consumo de drogas, e assim justificar e fortalecer a elaboração de uma possível parceria estratégica nas investigações destes crimes na cidade de João Pessoa.

Em pesquisa publicada no ano de 2016, com dados referentes ao ano de 2014, sobre Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios (PNRH) realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), registrou-se o número de homicídios por municípios e por bairro, conforme mostra a tabela 1:

Tabela 1: Número de Homicídio por município e por bairro

Município	Número de bairros em que houve algum homicídio	Número de homicídios pela totalização por		Total diagnóstico (número de homicídio no município) (B)	A/B
		bairro	(A)		
PORTO VELHO	58		151	150	1,01
RIO BRANCO	64		116	115	1,01
MANAUS	60		752	756	0,99
BOA VISTA	NÃO HÁ DADOS	NÃO HÁ DADOS		NÃO HÁ DADOS	-
PARAUPEBAS	4		114	105	1,09
MARABÁ	15		134	128	1,05
ANANINDEUA	18		293	297	0,99
BELÉM	57		693	707	0,98
MACAPÁ	37		141	53	2,66
PALMAS	NÃO HÁ DADOS	NÃO HÁ DADOS		NÃO HÁ DADOS	-
SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	53		152	129	1,18
IMPERATRIZ	73		157	100	1,57
SÃO LUÍS	143		676	583	1,16
TERESINA	99		405	405	1,00
SOBRAL	6		6	104	0,06
JUAZEIRO DO NORTE	12		18	140	0,13
MARACANAÚ	34		117	162	0,72
CAUCAIA	57		397	230	1,73
FORTALEZA	111		1854	1871	0,99
MOSSORÓ	21		193	189	1,02
NATAL	36		591	172	3,44
SANTA RITA	13		109	107	1,02
CAMPINA GRANDE	41		154	140	1,10
JOÃO PESSOA	55		481	456	1,05
PAULISTA	24		120	120	1,00
CABO DE SANTO AGOSTINHO	20		127	122	1,04
CARUARU	29		137	126	1,09
OLINDA	30		138	130	1,06
JABOATÃO DOS GUARARAPES	27		326	304	1,07
RECIFE	72		514	482	1,07
ARAPIRACA	33		156	156	1,00

Fonte: IPEA (2016)

Os dados expostos na tabela acima são referentes às pesquisas realizadas e baseadas nos dados do Sistema de Informação de Mortalidade/Ministério da Saúde

(SIM/MS), onde foram coletadas informações das taxas de homicídios de todo país, conforme mapeamento dos bairros em seus respectivos municípios. Também foram extraídos dados oriundos de informações do Sistema Nacional de Informações de Segurança (SINESP), da Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça (SENASP/MJ).

Na pesquisa supramencionada o que se observa é que o número de homicídios atribuídos a um município, não se diferenciou totalmente da somatória dos homicídios calculados de cada bairro referente a este município, o que demonstra a credibilidade dos dados analisados. Constata-se que quando se divide o total do número de homicídios ocorridos em cada bairro pesquisado (A), pelo total de homicídios registrados no município como um todo (B), o resultado dessa divisão ficando próximo do número 1(um), evidencia as semelhanças dos números de homicídios calculados por cada bairro, com relação ao número do município em geral.

Verifica-se que as cidades paraibanas: João Pessoa, Campina Grande e Santa Rita estão presentes neste estudo, apontando a quantidades de bairros respectivos, no qual ocorrem crimes contra a vida e relacionado-os com os homicídios pesquisados na cidade, dando assim uma noção ao pesquisador de quais municípios possuem o maior número de bairros mais violentos. No caso de João Pessoa, temos um total de 55 bairros envolvidos em algum homicídio na cidade. Outra evidência observada na pesquisa. É que essas três cidades paraibanas são tidas como prioritárias pela PNRH, o que deixa claro que existe um plano do governo federal com o intuito de reduzir o número de mortes nas cidades da paraíba que sofrem com o número elevado de homicídios (IPEA, 2016).

Sabe-se que vários motivos podem explicar a existência de tantos homicídios, porém a mídia brasileira e local evidenciam que, grande parte dos homicídios estão atreladas ao uso e ao tráfico de drogas por parte da população. De forma preliminar, pode-se enfatizar que a guerra entre facções criminosas, por exemplo, vem contribuindo para o aumento no número de homicídios em João Pessoa, principalmente nas áreas onde a situação financeira de seus habitantes é mais crítica.

Atualmente, na grande João Pessoa, criminosos inspirados nos conflitos terroristas que vêm assolando o mundo desde o dia 11 de Setembro de 2001, quando dois aviões se chocaram contra as torres gêmeas dos edifícios World Trade Center, em Nova Iorque, duas facções criminosas foram criadas na cidade, e se alastraram para as demais cidades do estado da Paraíba, que são: Al Qaeda também conhecida

como OKAIDA ou OKD e EUA (Estados Unidos), ambas lutam pelo comando e controle do tráfico de drogas na região. A facção que tem o maior número de integrantes é a OKD, que domina boa parte dos bairros da capital.

O nome OKAIDA surgiu para designar esta facção criminosa, por conta da maneira violenta de como os seus integrantes se comportam, executando de forma fria e cruel os seus rivais. A importância do Homicídio é tão grande para os componentes da OKAIDA que o sujeito ganha notória projeção dentro do grupo quando comete vários homicídios, principalmente se as vítimas forem: integrantes da facção rival, policiais que trabalham para combatê-los ou até mesmo componentes da própria OKD que são executados por conta de dívidas relativas ao tráfico de entorpecentes ou por ter trapaceado algum de seus comparsas. A figura 1 ilustra as duas facções e suas áreas de atuação, observe:

Figura 1: Facções criminosas em João Pessoa



Fonte: Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/faccoes-al-qaeda-e-eua-disputam-controle-do-trafico-em-joapess/n1597654715441.html>>

Já a outra facção recebeu a denominação de Estados Unidos (EUA) pelo fato deste país ser o principal inimigo do grupo terrorista islâmico Al-Qaeda, então os traficantes que não se associaram ou não se juntaram aos traficantes da OKD passaram a compor os Estados Unidos, basicamente os EUA não são tão organizados quanto a OKD, visto que seus integrantes em sua maioria são formados por não integrantes da OKD.

Em João Pessoa, assim como no estado da Paraíba, a guerra que o tráfico de drogas proporciona é muito intensa e sangrenta. Diariamente muitas pessoas e boa parte deles jovens e pré-adolescentes, vêm perdendo as suas vidas, suas famílias e bens por causa da droga, só que na maioria dos casos as vítimas são pessoas de baixo poder aquisitivo e que são denominados como soldados do tráfico e vivem do dinheiro arrecadado da comercialização de entorpecentes. A situação financeira, econômica e social precárias enfrentada pelo país e conseqüentemente atinge nosso estado, tem forte contribuição no aumento do número de pessoas que aderem a essa alternativa, para tentar crescer financeiramente, ambição de aumentar cada vez mais as suas rendas.

É fato que para existir melhorias, de uma forma geral, será conveniente políticas públicas consistentes em várias áreas, a exemplo de políticas voltadas especialmente para educação, para geração de emprego e renda, etc. de modo a permitir uma mudança no perfil social do país.

As condições educacionais são desfavoráveis e isso contribui para o insucesso em várias áreas, tais como a econômica e financeira, a segurança pública, o que desencadeia crises em todo o sistema. Se não houver melhorias na área educacional, por exemplo, as políticas para a segurança pública podem se tornar insustentáveis (UNIAD, 2016). Estudo aponta que a educação é o passo inicial para a redução dos homicídios. Para cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos nas escolas, há uma diminuição de 2% na taxa de assassinatos nos municípios (IPEA, 2016). O mesmo estudo afirma que a renda influencia na diminuição dos homicídios, o que significa que deve haver políticas públicas conjuntas de combate à criminalidade, de modo que todas alcancem êxito.

No entanto, levando em consideração o objeto de estudo da presente pesquisa e diante do contexto apresentado, torna-se relevante estudar a relação entre tais práticas criminosas, tendo em vista atestar a importância de termos políticas que assegurem parcerias entre a investigação destes crimes, como forma de coibir essas práticas e melhorar o bem estar social.

Capítulo IV. OS EFEITOS E AS CONSEQUÊNCIAS DA DROGA NO SER HUMANO: ASPECTOS FÍSICOS, PSICOLÓGICOS E ECONÔMICOS.

Neste capítulo serão discutidos os efeitos que a droga pode acarretar para o ser humano e com isso poder constatar se esses efeitos são capazes de levar à prática de violência. Em seguida, serão contextualizados os aspectos econômicos por trás do tráfico de drogas.

4.1 Efeitos do uso da maconha

A maconha tem como seu nome de origem MA'KAÑA, que significa erva santa (língua do grupo Banto, falada em Angola); nome Científico: Cannabis sativa (lia-se: cânabis sativa) da família das canabáceas, como origem na Ásia ou oriente próximo, pode ser usada como fumo ou ingestão, seu princípio ativo é a THC (Tetrahidrocanabiol), trata-se de uma planta arbustiva, possui folhas em forma serrilhada e verdes podendo atingir até 2,50 metros de altura.

Há registros de que a maconha já era usada há 2723 a.C , sendo mencionada na Farmacopéia chinesa, existem evidências da maconha em cerâmicas com marcas da fibra do vegetal que datam de aproximadamente 4000 a.C no norte da China Central, onde houve a difusão para localidades como: Índia, Oriente Médio e chegando na Europa no fim do século XVIII e início do século XIX, passando pelo norte da África e chegando às Américas.

Existe uma polêmica sobre a finalidade do uso da maconha, em relação aos objetivos que se deseja alcançar com o seu uso. A planta que dá origem a maconha possui muitas finalidades para uso, sendo eles: medicinais, têxtil, alimentação de pássaros (sementes da planta), tintas, vernizes, sabões e óleo comestível. O que se sabe é que os efeitos dessa droga no corpo humano são muitos fortes e a medicina já apontou diversos efeitos colaterais provocados por ela em seus usuários, dentre eles podemos citar a dependência (MAIA E TÓFOLI, 2016).

De acordo com o biólogo Lucas Maia, doutorando em saúde coletiva pela universidade federal de São Paulo (UNIFESP) e pesquisador do centro brasileiro de informações sobre drogas psicotrópicas (CEBRID), o efeito da maconha no organismo humano varia de acordo com o estado de espírito e ambiente onde está sendo consumido, assim como qualidade do entorpecente usado pelo consumidor (MAIA E TÓFOLI, 2016).

Maia e Tófoli elencam algumas ações da maconha no organismo do usuário, dentre elas: diminuição da atividade motora, aumento da frequência cardíaca

principalmente para quem esteja experimentando a droga pela primeira vez, diminuição da temperatura corporal configurando assim um quadro de hipotermia; estimula o sistema digestivo a aumentar o apetite, provoca relaxamento e calma quanto à sensação de ansiedade e angústia, declínio da capacidade pulmonar para quem faz uso deste entorpecente de forma intensa no período maior que dez anos, prejuízo à memória de curto prazo, também conhecida como a memória de trabalho, dependência do uso constante, levando o usuário a querer consumir uma quantidade cada vez maior da droga com o objetivo de alcançar os mesmo efeitos e por fim o aparecimento de sinais de abstinência.

Levando-se em consideração tais aspectos, é pertinente afirmar que o sujeito sob efeito da maconha fica mais suscetível a dependência, a prática de crimes, dentre eles roubos e homicídios. Trazendo para realidade da cidade de João Pessoa e adjacências, o tráfico da maconha existente tanto nas comunidades mais carentes, como também nas áreas nobres da cidade. Muitos traficantes comandam a venda de drogas nos bairros, favelas e periferias e alguns exercendo esse domínio de forma violenta e truculenta.

Não é permitido que seus “aviões” (traficantes menores na hierarquia do tráfico que vendem a droga diretamente aos consumidores) comercializem os entorpecentes de outros fornecedores, sem que haja uma explicação bastante plausível e convincente. Em caso contrário, a pessoa que está vendendo a droga corre o risco de ser expulso de sua residência, muitas vezes tendo que sair do local com toda família, ou até mesmo pagar com a própria vida, que é o que ocorre na maioria dos casos, aumentando assim a estatística do número de homicídios na cidade.

4.2 Efeitos da cocaína no organismo humano

Cocaína é uma droga considerada ilícita de uso e comercialização proibidos no Brasil, trata-se de uma substância psicoativa de ação estimulante do sistema nervoso central. O hidróclorido de cocaína, que é o pó branco e cristalino, é extraído através de diversos processos químicos das folhas da coca (*erythroxylum coca*), vegetal originário da América do sul, muito encontrado no Peru e na Bolívia (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2011).

Em seu processo de produção são extraídos da folha da coca substâncias ativas que proporcionarão a formação da pasta base da cocaína que em laboratórios

clandestinos são adicionados a esta pasta base diversos produtos químicos como: querosene, soda caustica, gasolina, ácido sulfúrico e carbonato de amônio, dentre outras substâncias até se chegar ao produto final, também conhecido na linguagem popular como: “pó”, “farinha”, “gesso”, “giz”, “neve” ...

Segundo Laranjeira (2016), médico psiquiatra, coordenador do programa de pesquisas em álcool e outras drogas, da escola de medicina da Universidade Federal de São Paulo a cocaína tem a capacidade de ocasionar diversas reações adversas no corpo, mente e na vida social de seus usuários, dentre algumas podemos citar:

- a) Doenças vasculares: Apontada como as maiores causas de mortalidade relacionada à droga.
- b) Busca pelo prazer: Um dos efeitos da cocaína no organismo humano é deturpar a fonte natural do prazer do usuário que basicamente são: comer, dormir e fazer relações sexuais, fazendo com que o consumidor sinta a necessidade de repetir por diversas vezes a dosagem que vem experimentando sem se importar com as consequências e efeitos que isto possa lhe acarretar, a cocaína age sobre o tronco cerebral, núcleo – acubens e a região do córtex cerebral pré-frontal.
- c) Destruição dos neurônios: Com a diminuição do oxigênio mais especificamente nas regiões frontais do cérebro, ocasionado pelo uso excessivo da droga, proporciona alterações cerebrais irreversíveis ao viciado em cocaína, levando o mesmo a ficar sem condições de reabilitação, mesmo que se submeta a vários anos de abstinência.
- d) Paranóias: As dosagens de dopamina contidas na composição química da cocaína provoca paranóides em seus usuários, produzindo sensações persecutórias provocadas pelo fluxo rápido de dopamina no cérebro provocando no consumidor uma mudança em sua química cerebral.
- e) Crises de abstinência: A abstinência do uso da cocaína pode acarretar em seus usuários uma sensação de depressão e alienação, que pode se agravar em caso do mesmo ter um contato visual com a droga, ou se deparar com a possibilidade real de acesso ao uso do entorpecente e até mesmo participar de ou assistir a um filme cujo assunto seja o consumo da cocaína.

Os efeitos psicológicos e físicos provenientes do uso da cocaína, a exemplo da dependência e as mudanças ocasionadas na mente do viciado, podem levar

consequências graves tanto para a sociedade como para o indivíduo, uma vez que são efeitos que fogem do controle do usuário. As reações provenientes do uso da cocaína podem levar a violência e a morte do dependente (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2011).

4.3 Os efeitos do crack no ser humano

O crack é uma droga ilícita. Trata-se de um subproduto da pasta base da cocaína, é uma substância psicoativa que causa estímulos ao sistema nervoso central, ou seja, o crack é uma inovação no modo de uso e preparo da cocaína. Para a confecção dessa droga é necessário a retirada das folhas da coca (*erythroxylum coca*). Basicamente a cocaína em pó é dissolvida em água, acrescenta-se bicarbonato de sódio ou amônia e após o aquecimento separa-se a parte sólida da líquida, cortando-a em forma de pedras, pelo fato deste entorpecente não ser refinado, o mesmo acumula em sua composição uma grande parte de resíduos oriundos das substâncias que o compuseram (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2011).

Dentre as drogas ilícitas que são consumidas no Brasil e no mundo há aproximadamente uma década o uso do crack vem aumentando no país, aumento este que ocorre por conta do baixo custo da droga com relação a outros tipos de entorpecentes, e pelo fato da mesma possuir um alto poder viciante. Contudo, este vício intenso e rápido que o crack proporciona a seus usuários, causa diversos efeitos colaterais em seu corpo, tais como: hipertensão, problemas cardíacos, acidente vascular cerebral (AVC) e enfisema. Porém, em pesquisa realizada pela Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas (UNIAD), estes efeitos não são apontados como a principal *causa mortis* que o usuário de crack pode sofrer ao longo de sua vida de consumidor, mas o risco de contrair o vírus do HIV e a violência são os grandes responsáveis pela morte dos usuários desta droga (UNIAD, 2016).

Apesar de o crack possuir um efeito devastador no organismo do viciado, a violência tem sido a maior causadora de óbitos de seus viciados. Pesquisa realizada na década de 90 em São Paulo mostrou o homicídio como o causador de mais da metade das mortes que envolviam pessoas que usavam crack (LARANJEIRA, 2016).

4.4 Aspectos econômicos em torno do tráfico de drogas

No Brasil e mais precisamente em João Pessoa, percebe-se que o tráfico de drogas conseguiu montar um poder paralelo ao do Estado democrático de direito. Nas áreas em que acontecem tráfico de entorpecentes, o que se constata são quadrilhas de traficantes desafiando as leis e a polícia, em que os mesmos implantam as suas regras e diretrizes a ponto de ameaçarem os cidadãos que vivem nas comunidades comandadas pelos mesmos a se adequarem a tais exigências, sob pena de serem expulsos de suas casas junto com suas famílias ou até mesmo pagarem com a própria vida.

Muitas vezes, os traficantes procuram manter a paz na comunidade, evitando que ocorram roubos, furtos, assassinatos, brigas entre vizinhos ou entre marido e mulher, como forma de evitar a presença da polícia no local. Alguns líderes se prontificam até em ajudar aos moradores, doando aos mais carentes: remédios, cestas básicas, botijão de gás, etc. Geralmente, nas localidades mais carentes financeiramente, os moradores que são considerados excluídos pela sociedade e pelo amparo de Estado veem no tráfico uma alternativa para ganharem dinheiro e tirarem da comercialização da droga o sustento de suas famílias.

Em muitas comunidades de João Pessoa, os moradores vivem do tráfico de drogas e enxergam no comandante da facção criminosa um líder e um sujeito que lhe dará amparo, proteção e um modo de vida melhor, por isso que quando a polícia quando chega, ostensivamente ou não, nessas localidades, são mal recebidos, desacatados e muitas vezes agredidos pelos próprios moradores, tendo em vista que estes veem nas forças de segurança pública uma ameaça ao seu modo econômico de vida, uma vez que, se a polícia obtiver êxito na incursão e conseguir apreender drogas, armas e efetuar prisões, o prejuízo será de todos.

Os traficantes conseguiram força e poder de comando, porque a venda de drogas é uma atividade bastante lucrativa. A margem de lucro obtido através do tráfico é considerada satisfatória, por isso muitos se expõem ao ponto de correrem o risco de serem presos, desafiando até o risco de morte. Percebe-se que a tarefa do Estado não é fácil, pois há um meio de vida já estruturado, mesmo que seja pelo crime, mas muitos já aprenderam e se adaptaram a esta atividade econômica. Cabe ao poder público tomar do tráfico o poder de ditar as regras sociais e econômicas nessas localidades, mostrando à população que o existe uma forma de se viver com integridade, dentro da lei e que o Estado tem a capacidade de oferecer a eles: emprego, educação, segurança, saúde e não deixá-los à margem da sociedade.

Por isso, é crucial a adoção de políticas estratégicas por parte do poder público voltada à segurança, de modo a inibir a expansão dos mercados de drogas e de práticas que venham a corroer a paz social. Vale salientar que, as políticas públicas voltadas para outras áreas, a exemplo da educação, geração de emprego e renda, etc. também são necessárias, pois é fato que essas políticas colaboram diretamente para sustentação das políticas aplicadas a segurança.

Capítulo V. ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo serão apresentados e analisados dados referentes à ocorrência de homicídios na cidade de João Pessoa, assim como dados referentes as variáveis que possuem efeitos explicativos sobre homicídios a nível nacional, incluindo as drogas ilícitas. A análise será realizada de acordo com os dados disponibilizados em documentos oficiais a nível nacional e internacional, ou seja, serão considerados os anos estudados nas pesquisas consultadas.

Considere a tabela 2 elaborada por Cerqueira¹ (2014). Nela, estão registrados dados e informações relacionados às variáveis explicativas que têm efeitos sobre a evolução da taxa de homicídios no Brasil no período de 1990 a 2001.

Tabela 2: Fatores que explicam os homicídios no Brasil de 1990 a 2001

Fatores Explicativos	Variação % do Fator no Período	Efeito sobre a Evolução da Taxa de Homicídio (em ponto percentual)
Renda	11.8	-4.9
Desigualdade	-2.9	-6.7
Proporção de Homens Jovens	1.2	5.6
Efetivo Policial	-1.3	0.6
Taxa de Encarceramento	122.1	-17.9
Armas de Fogo	33.3	44.0
Drogas Ilícitas	-29.5	-7.6
Variação Explicada da Taxa de Homicídios (A)		13.0
Variação Observada da Taxa de Homicídios (B)		22.2
= (A)/(B)		0.59

Fonte: Extraído de CERQUEIRA, 2014.

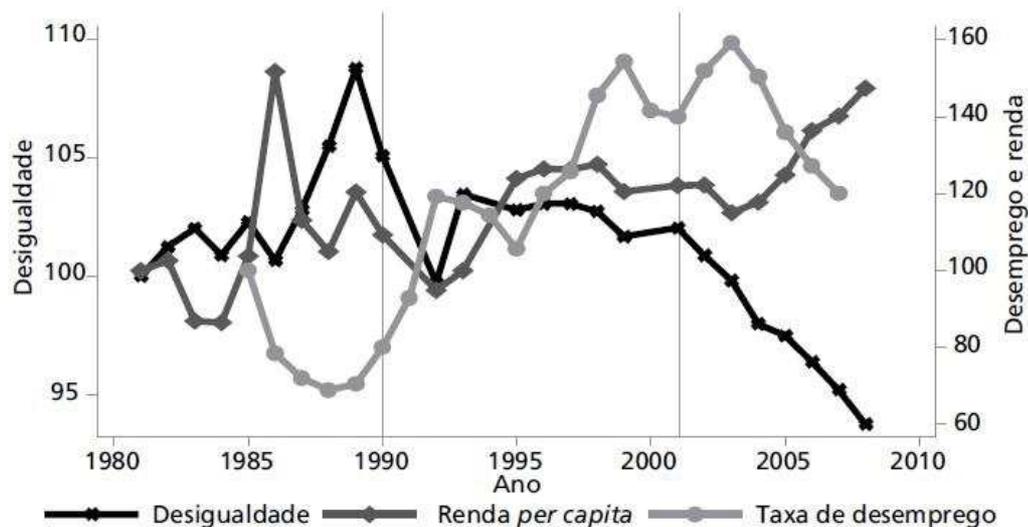
Um detalhe importante pode ser identificado na tabela, que faz referência ao período da implantação do plano real. No decorrer dos anos 90, com a implantação deste plano, houve acréscimo na renda *per capita* do brasileiro. Em contrapartida, houve uma pequena diminuição na taxa de desigualdade social, conforme dados expostos na tabela. As drogas ilícitas também são citadas como um fator explicativo

¹ “Daniel Ricardo de Castro Cerqueira é doutor em Economia pela PUC-Rio, mestre em Economia pela EPGE/FGV e bacharel em Economia pela Universidade Santa Úrsula. Foi analista do Banco Central do Brasil (1994-1995). É professor dos programas de MBA da FGV (1995-atual). Desde 1995, é técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, sendo diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Ipea, entre 2012 e 2015. Desde 1999, estuda Economia do Crime e Segurança Pública, tendo vários artigos publicados. É membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e foi *research fellow* do *Crime Working Group do National Bureau of Economic Research* (NBER) (2012-2013)”. Disponível no site do IPEA.

sobre a taxa de homicídio. Perceba que de 1990 a 2001 a variação para esta variável foi de $-29,5\%$ o que culminou numa redução na taxa de homicídio de $7,6\%$ no mesmo período.

No gráfico a seguir podemos constatar os indicadores socioeconômicos no Brasil, compreendendo o período de 1980 a 2010. Percebe-se que o indicador socioeconômico que demonstrou a maior aumento, de acordo com o gráfico, foi o desemprego, resultado das políticas de abertura comercial brasileira existente na época, que atrelado a moeda estável, proporcionou um ajuste econômico e a busca de eficiência por parte das empresas, ou seja, as empresas nesta época buscavam por mão de obra qualificada, eram exigentes, implicando assim nesta queda acentuada nas oportunidades de trabalho, afetando principalmente a população mais jovem. Apenas nos meados dos anos 2000 foi que a taxa de desemprego começou a apresentar um comportamento decrescente. Observe o gráfico:

Gráfico 1: Indicadores socioeconômicos no Brasil



Fonte: Extraído de CERQUEIRA, 2014.

Acredita-se que a falta de emprego, consoante a vulnerabilidade social, a qual a juventude brasileira enfrentava na década de 90, foram fatores que contribuíram para a inclusão de parte desse público jovem nas atividades criminosas, que segundo Cerqueira (2014), esta questão ainda está em aberto até os dias de hoje, tendo em vista que não houve trabalhos que apontassem satisfatoriamente o efeito causado entre o desemprego do público jovem e o envolvimento destes em atividades criminosas.

Tanto a tabela como o gráfico anterior, apontam que a melhoria da renda e a pequena diminuição da taxa de desigualdade social na década de 90, tiveram parte de seus benefícios anulados, por conta do aumento da população jovem no país, que proporcionou o crescimento da taxa de desemprego.

Visando diminuir a taxa de homicídios que aumentava no Brasil nos anos 90, no início dos anos 2000 o Governo Federal reage significativamente lançando o Plano Nacional de Segurança Pública, com repasse de recursos para as unidades federativas e aos municípios, através do Fundo Nacional de Segurança Pública e Fundo Penitenciário Nacional, onde aumenta-se consideravelmente o efetivo das guardas municipais, deslocando a polícia militar que outrora fazia esta função, para de fato exercer o trabalho ostensivo de segurança pública.

Coloca-se em prática o estatuto do desarmamento, aumento da pena para portadores ilegais de armas de fogo, implanta-se a campanha pela devolução das armas de fogo espontaneamente por parte das pessoas. O Governo entendia que, tirando as arma de fogo das ruas diminuiria assim o número de homicídios no país, no entanto, Cerqueira 2014, em pesquisa escreve:

O Congresso aprovou o Estatuto do Desarmamento, que restringiu o acesso e o uso da arma de fogo pela população, aumentou a pena de prisão para portadores de armas em situação ilegal, tornando, ao mesmo tempo, esse crime inafiançável. Concomitantemente, foram feitas campanhas para devolução voluntária de armas pela população, que levou ao recolhimento de 281.340 armas de fogo, entre janeiro de 2004 e agosto de 2008. O resultado é que, após duas décadas de crescimento significativo do volume de armas de fogo em circulação, houve um aparente controle destas nesse período. Tudo parecia confluir para uma queda generalizada e significativa da taxa de homicídios no Brasil, se não fosse a violência sistêmica ocasionada pela disputa do controle de novos mercados de drogas ilegais e, em particular, o de *crack*, em vários estados brasileiros, sobretudo no Nordeste, em Minas Gerais e no Distrito Federal (CERQUEIRA, 2014, p. 65)

O texto citado acima atesta que as políticas destinadas ao combate das armas de fogo, com a finalidade de diminuir a prática de homicídios no país, tiveram efeitos importantes. No entanto, não foram suficientes para minimizar o número de homicídios.

O autor destaca que os crimes de violência proporcionados pelo tráfico de drogas, no que diz respeito à guerra sangrenta pela disputa dos pontos de venda de entorpecentes, com destaque para o *crack*, contribuíram para que a taxa de homicídios no Brasil continuasse em alta, o que sustenta o propósito da presente pesquisa, que defende uma parceria estratégica entre as delegacias de repressão e

entorpecentes e a que investiga os crimes contra as pessoas, tanto nos seus trabalhos investigativos, como nos trabalhos de inteligência policial, tendo em vista contribuir para regressão no número de homicídios em João Pessoa, que está entre as cidades mais violentas do país, o que será estudado mais adiante.

A pesquisa realizada por Cerqueira (2014) deixa evidente que vários fatores explicam a ocorrência de homicídios, entre eles o tráfico de drogas. No entanto, as políticas públicas, especialmente as de segurança deverão estar interligadas, tendo em vista lograr êxito, uma vez que políticas isoladas não são suficientes. É fundamental elaborar estratégias sustentáveis para redução do índice de homicídios.

A tabela 3 mostra os fatores explicativos e seus efeitos sobre a taxa de homicídios no período correspondente de 2001 a 2007. Observe:

Tabela 3: Fatores que explicam os homicídios no Brasil de 2001 a 2007

Fatores Explicativos	Variação % do Fator no Período	Efeito sobre a Evolução da Taxa de Homicídio (em ponto percentual)
Renda	14.8	-6.1
Desigualdade	-6.7	-15.6
Proporção de Homens Jovens	-2.1	-9.4
Efetivo Policial	2.7	-1.2
Taxa de Encarceramento	64.4	-9.5
Armas de Fogo	0.6	0.8
Drogas Ilícitas	132.8	34.3
Variação Explicada da Taxa de Homicídios (A)		-6.6
Variação Observada da Taxa de Homicídios (B)		-9.1
= (A)/(B)		0.73

Fonte: Extraído de CERQUEIRA, 2014.

Analisando os números da tabela acima, observa-se que são colocados em questão sete variáveis que têm efeitos diretos sobre a taxa de homicídios. Percebe-se que houve cinco fatores que colaboraram para uma diminuição na variação da taxa de homicídios. Os dados mostram uma variação positiva na renda do brasileiro em 14,8%, ocasionando uma queda em -6,1% na taxa de homicídios, comprovando uma relação inversamente proporcional.

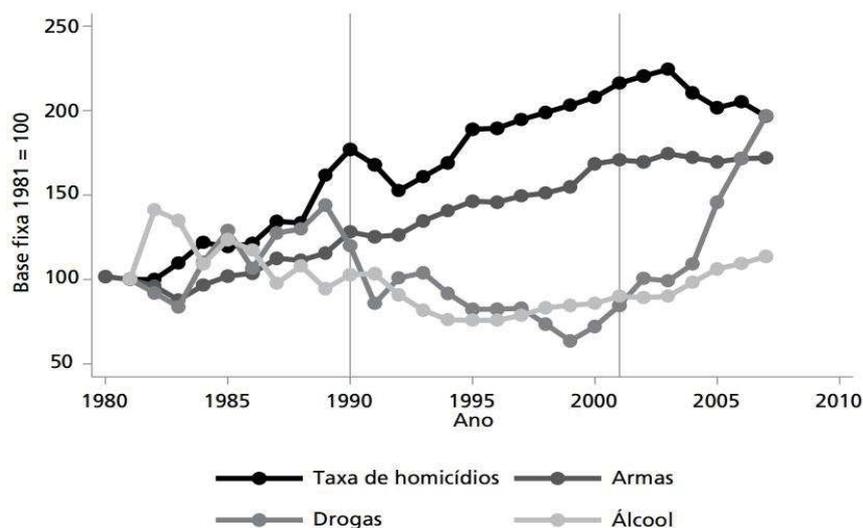
Já o fator desigualdade, a tabela mostra uma queda de -6,7% o que contribui para uma diminuição em -15,6% na variação da taxa de homicídios no país. Outros fatores que contribuíram para que a taxa de homicídios variasse negativamente foram:

a queda da proporção de homens e jovens, aumento do efetivo policial e da taxa de encarceramento. Mas, o que se pode verificar é que a variável drogas ilícitas que variou positivamente em 132,8% provocou um aumento de 34,4% no efeito da taxa de homicídios, o que comprova uma relação diretamente proporcional entre as variáveis.

Esta relação corrobora e consubstancia ainda mais o que se deseja demonstrar nesta pesquisa, ou seja, a relação entre o tráfico de substâncias entorpecentes e os crimes contra a vida humana. Cerqueira (2014, p. 66) atesta em sua pesquisa que: “Com efeito, se não considerássemos o efeito das drogas ilícitas, as variáveis explicativas indicariam uma queda na taxa de homicídios de 41%”. Assim, diante desta pesquisa constatamos que o tráfico de drogas tem efeito substancial na prática de homicídios.

O gráfico 2 ilustra a evolução das taxas de: homicídios, drogas, armas e álcool no período de 1980 a 2010 no Brasil. Observe:

Gráfico 2: Taxa de homicídios, desigualdade, armas e drogas no Brasil (2001 a 2010).



Fonte: Extraído de CERQUEIRA, 2014.

O gráfico acima ilustra as relações que ocorrem entre drogas ilícitas, de demanda por bebidas alcoólicas e por arma de fogo aos homicídios. Explorando os dados da pesquisa, atestam-se realidades muito diferentes, no que diz respeito à primeira e a segunda metade da década de 80 no Brasil. Constata-se que no início dos anos 80 a demanda pelo álcool foi responsável pelo aumento na taxa de

homicídios, mais precisamente no intervalo entre os anos de 1981 e 1983, elevando a taxa de mortalidade por ingestão bebida alcoólica *per capita* a uma média de 35%.

Analisando a segunda metade da década em questão até o ano de 2007, o que se pode perceber é que, mesmo o consumo do álcool sendo considerado um indicador relevante, em se tratando de violência letal no país, esta variável sofre um decréscimo em seus números e se esbaliza em relação à taxa de aumento de homicídios. A pesquisa sugere que o indicador álcool, após o intervalo de crescimento citado acima perdeu o sentido no que se refere a explicar o aumento da mortalidade humana nas décadas de 80, 90 e 2000. Analisando os números dos indicadores drogas ilícitas e armas de fogo, percebe-se que ocorre justamente o oposto do que se constatou com a variável álcool, tendo em vista que no início dos anos 80, mais precisamente no intervalo compreendido entre os anos 1981 e 1986 a demanda *per capita* relacionada ao aumento no número das armas elevou-se em 3,7%, já a demanda por drogas ilícitas apontou um acréscimo de 6,6% (CERQUEIRA, 2014).

Percorrendo o caminho oposto ao que fora mostrado em relação aos indicadores do consumo de álcool, na segunda metade dos anos 80 as drogas ilícitas e as armas de fogo foram responsáveis pelo aumento significativo na taxa de homicídios no país, os dados apontam que entre os anos de 1986 e 1989 há um avanço de 34,9% nas mortes *per capita* relacionadas àquela variável, o que deixa bem claro, através dos números obtidos na pesquisa referenciada neste parágrafo, que o aumento do tráfico de drogas está diretamente relacionado ao crescimento da taxa referente aos crimes contra a vida humana no Brasil (CERQUEIRA, 2014).

Já em relação aos dados referentes a demanda por armas de fogo entre os anos de 1986 à 1990 houve um aumento de 23,4%. O que se pode constatar é que, a possibilidade do aumento na demanda por armas de fogo e a expansão do tráfico de drogas ilícitas, que cresceram consideravelmente a partir dos anos 2000, estejam de fatos associadas e contribuindo em conjunto para o crescimento da violência, conforme explica Cerqueira (2014):

É possível que o aumento na demanda por armas esteja associado ao crescimento do mercado de drogas, tendo em vista a natureza dos mercados ilícitos, em que os criminosos necessitam utilizar a violência para estabelecer mercados, garantir os contratos e granjear credibilidade. Aparentemente, o encontro do tráfico de drogas e do tráfico de armas na segunda metade dos anos 1980 ajuda a explicar (conjuntamente à piora dos indicadores socioeconômicos) a "ultrapassagem" ocorrida na taxa de homicídios no fim da década (CERQUEIRA, 2014, p.46).

A análise gráfica deixa evidente que após o ano 2000 a variável tráfico de drogas ilícitas cresceu de uma maneira tão desenfreada que em meados de 2007 que chegou a coincidir com a taxa de homicídios, já que são variáveis interligadas, uma acompanha nitidamente a crescente da outra (CERQUEIRA, 2014).

Partindo para uma análise dos homicídios em João Pessoa, em pesquisa realizada no ano de 2013 pela ONG Conselho Cidadão pela Seguridade Social Pública e Justiça Penal (CCSP), do México, foi registrada as cinquenta cidades mais violentas do mundo neste ano. Observe a tabela 4:

Tabela 4: As cinquenta cidades mais violentas de 2013

Posición	Ciudad	País	Homicidios	Habitantes	Tasa
1	San Pedro Sula	Honduras	1,411	753,990	187.14
2	Caracas	Venezuela	4,364	3,247,971	134.36
3	Acapulco	México	940	833,294	112.80
4	Cali	Colombia	1,930	2,319,684	83.20
5	Maceió	Brasil	795	996,733	79.76
6	Distrito Central	Honduras	946	1,191,111	79.42
7	Fortaleza	Brasil	2,754	3,782,634	72.61
8	Guatemala	Guatemala	2,123	3,103,685	68.40
9	João Pessoa	Brasil	515	769,607	66.92
10	Barquisimeto	Venezuela	804	1,242,351	64.72
11	Palmira	Colombia	183	300,707	60.86
12	Natal	Brasil	838	1,454,264	57.62
13	Salvador (y RMS)	Brasil	2,234	3,884,435	57.51
14	Vitoria	Brasil	1,066	1,857,616	57.39
15	São Luís	Brasil	807	1,414,793	57.04
16	Culiacán	México	490	897,583	54.57
17	Ciudad Guayana	Venezuela	570	1,050,283	54.27
18	Torreón	México	633	1,167,142	54.24
19	Kingston	Jamaica	619	1,171,686	52.83
20	Cape Town	Sudáfrica	1,905	3,740,026	50.94
21	Chihuahua	México	429	855,995	50.12
22	Victoria	México	167	339,298	49.22
23	Belém	Brasil	1,033	2,141,618	48.23
24	Detroit	Estados Unidos	332	706,585	46.99
25	Campina Grande	Brasil	184	400,002	46.00
26	New Orleans	Estados Unidos	155	343,829	45.08
27	San Salvador	El Salvador	780	1,743,315	44.74
28	Goiânia	Brasil	621	1,393,575	44.56
29	Cuiabá	Brasil	366	832,710	43.95
30	Nuevo Laredo	México	172	400,957	42.90
31	Manaus	Brasil	843	1,982,177	42.53
32	Santa Marta	Colombia	191	450,020	42.44
33	Cúcuta	Colombia	260	615,795	42.22
34	Pereira	Colombia	185	464,719	39.81
35	Medellin	Colombia	920	2,417,325	38.06
36	Baltimore	Estados Unidos	234	619,493	37.77
37	Juárez	México	505	1,343,406	37.59
38	San Juan	Puerto Rico	160	427,789	37.40
39	Recife	Brasil	1,416	3,845,377	36.82
40	Macapá	Brasil	160	437,256	36.59
41	Nelson Mandela Bay	Sudáfrica	412	1,152,115	35.76
42	Maracaibo	Venezuela	784	2,212,040	35.44
43	Cuernavaca	México	227	650,201	34.91
44	Belo Horizonte	Brasil	1,800	5,182,977	34.73
45	ST. Louis	Estados Unidos	109	319,294	34.14
46	Aracaju	Brasil	300	899,239	33.36
47	Tijuana	México	536	1,649,072	32.50
48	Durban	Sudáfrica	1,116	3,442,361	32.42
49	Puerto Príncipe	Haiti	371	1,234,414	30.05
50	Valencia	Venezuela	669	2,227,165	30.04

Fonte: CCSP Consejo Ciudadano para La Seguridad Publica y La Justicia (CCSP, 2013).

No ranking existem 14 cidades brasileiras, ou seja, o Brasil ficou entre os países com mais cidades violentas do mundo em 2013. De acordo com esta pesquisa, João Pessoa é a nona cidade mais violenta do planeta e a terceira dentre as capitais brasileiras, com aproximadamente 67 mortes a cada 100 mil habitantes. Um fato importante constatado pela pesquisa foi o ingresso da cidade de Campina Grande que ocupou a 25ª posição como cidade mais violenta, ou seja, a única cidade dentre as brasileiras que não é capital.

Já na tabela 5 temos dados referentes a pesquisa realizada pela CCSP para o ano de 2014, observe:

Tabela 5: As cinquenta cidades mais violentas de 2014

Posição	Cidade	País	Homicídios	População	Taxa de homicídios por 100 mil hab.
1	San Pedro Sula	Honduras	1.371	769.025	171,20
2	Caracas	Venezuela	3.797	3.273.863	115,98
3	Acapulco	México	883	847.735	104,16
4	João Pessoa	Brasil	620	780.738	79,41
5	Distrito Central	Honduras	928	1.195.456	77,65
6	Maceio	Brasil	733	1.005.319	72,91
7	Valencia	Venezuela	1.086	1.527.920	71,08
8	Fortaleza	Brasil	2.541	3.818.380	66,55
9	Call	Colômbia	1.530	2.344.743	65,25
10	São Luis	Brasil	908	1.403.111	64,71
11	Natal	Brasil	931	1.462.045	63,68
12	Ciudad Guayana	Venezuela	536	862.720	62,13
13	San Salvador	El Salvador	1.067	1.743.315	61,21
14	Cape Town	África do Sul	2.244	3.740.026	60,00
15	Vitória	Brasil	1.074	1.884.096	57,00
16	Culabá	Brasil	2.129	3.919.864	56,46
17	Salvador	Brasil	2.129	3.919.864	54,31
18	Belém	Brasil	1.130	2.129.515	53,06
19	St. Louis	Estados Unidos	159	318.416	49,93
20	Teresina	Brasil	436	840.600	49,49
21	Barquismeta	Venezuela	601	1.293.693	46,46
22	Detroit	Estados Unidos	309	688.701	44,87
23	Goiania	Brasil	633	1.412.364	44,82
24	Culiacán	México	384	910.564	42,17
25	Guatemala	Guatemala	1.288	3.074.054	41,90
26	Kingston	Jamaica	495	1.219.366	40,59
27	Juárez	México	538	1.347.365	39,94
28	New Orleans	Estados Unidos	150	378.715	39,61
29	Recife	Brasil	1.518	3.887.261	39,05
30	Campina Grande	Brasil	153	402.912	37,97
31	Obregon	México	120	318.184	37,71
32	Palmira	Colômbia	162	467.185	37,66
33	Manaus	Brasil	749	2.020.301	37,07
34	Nuevo Laredo	México	142	406.598	34,92
35	Nelson Mandela Bay	África do Sul	1.187	3.442.361	34,89
36	Pereira	Colômbia	162	467.185	34,68
37	Porto Alegre	Brasil	1.442	4.161.237	34,65
38	Durban	África do Sul	1.187	3.442.361	34,48
39	Aracajú	Brasil	312	912.647	34,19
40	Baltimore	Estados Unidos	211	622.104	33,92
41	Victoria	México	117	345.080	33,91
42	Belo Horizonte	Brasil	1.926	5.767.414	33,29
43	Chihuahua	México	289	868.145	33,29
44	Curitiba	Brasil	587	1.864.416	31,48
45	Tijuana	México	502	16.678.880	29,90
46	Macapá	Brasil	129	446.757	28,87
47	Cúcuta	Colômbia	183	643.666	28,43
48	Torreón	México	330	1.186.637	27,81
49	Medellín	Colômbia	657	2.441.123	26,91
50	Cuernavaca	México	168	660.215	25,45

Fonte: CCSP Consejo Ciudadano para La Seguridad Publica y La Justicia (CCSP, 2014).

Na tabela 5 podemos verificar as cinquenta cidades mais violentas do mundo, dentre elas João Pessoa, que saiu da nona posição em 2013 e passou a ser a quarta cidade mais violenta em 2014. Analisando os dados nota-se que João Pessoa passou a ser a capital mais violenta do país com 620 homicídios, levando-se em consideração a taxa de 100 mil habitantes que aumentou 66,92% no ano anterior para 79,41% em 2014. João Pessoa conseguiu ultrapassar Maceió e Fortaleza, no ranking da tabela.

Os prejuízos que estes números podem trazer para cidade são imensuráveis, pois não só demonstra o nível da criminalidade paraibana, que a cada ano vem se intensificando e causando inúmeros prejuízos para sociedade local, que além de sofrer com uma quantidade crescente de mortes de seus habitantes, mostra ao mundo que a cidade é insegura e inviável de se viver com tranquilidade, trazendo perdas para uma das principais atividades econômicas da região, que é o turismo.

A tabela 6 registra mais uma pesquisa realizada pela CCSP, agora para o ano de 2015, onde se verifica uma atualização nos dados referentes às cinquenta cidades mais violentas do mundo. João Pessoa cai para décima sexta colocação no ranking mundial e quarta colocação dentre as cidades brasileiras, ultrapassada por Fortaleza, Natal e Salvador que ocupam as três primeiras colocações no Brasil, respectivamente. Observe:

Tabela 6: As cinquenta cidades mais violentas de 2015

Rank (2014 rankings in brackets)	City	Country	No of homicides	City population	Murder rate (HTIs*)
1 (2)	Caracas	Venezuela	3,946	3,292,000	120
2 (1)	San Pedro Sula	Honduras	885	797,000	111
3 (27)	San Salvador	El Salvador	1,918	1,767,000	109
4 (3)	Acapulco	Mexico	903	862,000	105
5 (-)	Maturín	Venezuela	505	584,000	86
6 (6)	Distrito Central	Honduras	882	1,200,000	74
7 (50)	Valencia	Venezuela	1,125	1,556,000	72
8 (11)	Palmira	Colombia	216	305,000	71
9 (20)	Cape Town	South Africa	2,451	3,740,000	66
10 (4)	Cali	Colombia	1,523	2,370,000	64
11 (17)	Ciudad Guayana	Venezuela	547	878,000	62
12 (7)	Fortaleza	Brazil	2,422	3,985,000	61

13 (12)	Natal	Brazil	921	1,518,000	61
14 (13)	Salvador	Brazil	1,996	3,292,000	61
15 (45)	St Louis	USA	188	317,000	59
16 (9)	João Pessoa	Brazil	643	1,101,000	58
17 (16)	Culiacán	Mexico	518	924,000	56
18 (5)	Maceió	Brazil	564	1,014,000	56
19 (36)	Baltimore	USA	343	624,000	55
20 (10)	Barquisimeto	Venezuela	719	1,308,000	55
21 (15)	São Luís	Brazil	802	1,512,000	53
22 (29)	Cuiabá	Brazil	412	849,000	49
23 (31)	Manaus	Brazil	985	2,058,000	48
24 (-)	Cumaná	Venezuela	199	417,000	48
25 (8)	Guatemala City	Guatemala	1,528	3,239,000	47
26 (23)	Belém	Brazil	1,101	2,402,000	46
27 (-)	Feira de Santana	Brazil	281	618,000	45
28 (24)	Detroit	USA	295	672,000	44
29 (-)	Aparecida (Goiânia)	Brazil	847	1,953,000	43
30 (-)	Teresina	Brazil	360	844,000	41
31 (14)	Vitoria	Brazil	802	1,910,000	42
32 (26)	New Orleans	USA	164	395,710	41
33 (19)	Kingston	Jamaica	492	1,196,000	41
34 (-)	Gran Barcelona	Venezuela	334	833,000	40
35 (47)	Tijuana	Mexico	668	1,709,000	39
36 (14)	Vitória da Conquista	Brazil	132	343,000	38
37 (39)	Recife	Brazil	1,492	3,914,000	38
38 (46)	Aracaju	Brazil	349	926,000	38
39 (-)	Campos dos Goytacazes	Brazil	175	484,000	36
40 (25)	Campina Grande	Brazil	146	405,000	36
41 (48)	Durban	South Africa	1,237	3,442,000	36
42 (41)	Nelson Mandela Bay	South Africa	413	1,152,000	36
43 (-)	Porto Alegre	Brazil	1,479	4,259,000	35
44 (-)	Curitiba	Brazil	1,121	3,230,000	35
45 (34)	Pereira	Colombia	153	470,000	33
46 (22)	Victoria	Mexico	107	351,000	31
47 (-)	Johannesburg	South Africa	1,344	4,435,000	30
48 (40)	Macapá	Brazil	138	456,000	30
49 (42)	Maracaibo	Venezuela	477	1,653,000	29
50 (-)	Obregón	Mexico	90	318,000	28

Fonte: CCSP Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y la Justicia (CCSP) 2014.

Esta redução nos números de homicídios no ano de 2015 é proveniente do aumento que houve na população, conforme discriminado na tabela 6, considerando o cálculo estatístico para o número de homicídios a cada 100 mil habitantes. Porém, a redução também pode está relacionada às políticas adotadas pelo estado, junto à Secretaria de Estado e Defesa Social (SEDS/PB), onde podemos citar o Programa Paraíba Unida pela Paz que assegura parcerias entre as polícias civil e militar com o objetivo de reduzir a taxa de homicídios no Estado. A outra explicação pode está nos setores ligados a inteligência policial, que mantiveram parcerias com o mesmo propósito.

Diante do exposto, constata-se que João Pessoa necessita urgentemente de políticas de segurança pública, de modo de combater a criminalidade. Além disso, é importante lembrar, conforme salientado em capítulos anteriores, que para que as políticas de segurança mantenham êxito, entre elas a parceria estratégica defendida na presente pesquisa, é necessário que haja políticas públicas em outras áreas da sociedade, a exemplo, das políticas educacionais que sem dúvidas poderão colaborar com o processo de conscientização dos malefícios que a drogas ilícitas podem trazer à vida humana.

Neste capítulo foi possível identificar também, a partir da pesquisa de Cerqueira (2014), que as drogas ilícitas têm efeitos diretos sobre a taxa de homicídios, o que sustenta o propósito do presente trabalho em se implementar parceria nas investigações entre as delegacias de homicídios e tráfico de entorpecentes, incluindo o trabalho de inteligência policial, que tem assegurado assessoramento nos trabalhos dessas delegacias, com o fornecimento de informações que contribuem na tomada de decisões. Tal estratégia poderá colaborar na redução dos homicídios na cidade de João Pessoa e permitir uma vida melhor a população. No entanto, é necessário a implementação efetiva de tais práticas estratégicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi analisado e estudado nas etapas desta pesquisa, observou-se que no Brasil existem diversas variáveis que podem contribuir para o crescimento da taxa de homicídios: renda *per capita*, educação, efetivo de policiamento, taxa de encarceramento, consumo de bebidas alcoólicas, dentre outros. Mas, baseado em dados e tendências pesquisadas neste trabalho, comprovou-se que o enraizamento do tráfico de substâncias entorpecentes contribuiu significativamente para a elevação do número de mortes no país.

Muitos estudos, pesquisas, diversos meios de comunicação locais e nacionais, pesquisas de órgãos internacionais, atestam e mostram a ligação que há entre o tráfico de drogas e os homicídios. A guerra entre as facções rivais, a disputa travada entre elas pelo território da venda da droga ilícita, que objetiva a posse do maior número de localidades e comunidades possíveis para prática deste crime, vêm ceifando milhares de vidas humanas em todo território nacional, inclusive em João Pessoa, conforme estudado no capítulo 1, em que destacamos a facção OKAIDA e EUA.

Uma vez comprovada à existência da ligação entre os crimes citados, partimos para a importância de se adotar parcerias estratégicas entre as delegacias que investigam esses delitos, incluindo a participação ativa da inteligência policial, que auxilia essas duas delegacias em suas investigações e em suas tomadas de decisões, visando atingir o maior êxito possível em seus respectivos trabalhos investigativos, almejando no futuro uma redução, tanto na taxa de homicídios como na comercialização de entorpecentes nas comunidades, bairros e localidades de João Pessoa.

A pesquisa também ressaltou a importância em se estender as políticas públicas para outras áreas do sistema, como exemplo, a área educacional, uma vez que as políticas de segurança sendo implementadas isoladamente, podem fracassar, ou seja, tornarem-se insustentáveis. Políticas públicas que alcancem outras áreas são importantes, de modo a contribuir para o sucesso das políticas de segurança.

A finalidade de se propor essa união entre delegacias seria de facilitar o ciclo de informações entre elas, e assim sendo contribuir para maior elucidação de crimes de homicídios, prisões de suspeitos de terem cometido ou mandado cometer os

assassinatos, combate ao tráfico e assim sucessivamente, até porque as mesmas têm como objeto de trabalho crimes que comprovadamente estão interligados.

Mas, para que essa união explicitada acima se transforme numa realidade e funcione na sua plenitude, seria necessário que os gestores que são responsáveis pela segurança pública do estado da Paraíba, elaborassem um plano de segurança que englobe as duas delegacias supracitados, fazendo com que as mesmas trabalhem em conjunto, respeitando respectivamente a sua esfera de atuação, sem que uma ocupe o ambiente investigativo da outra.

A simples troca de informações entre os policiais, ou até mesmo a instauração de uma operação de inteligência conjunta, com as duas autoridades policiais dessas duas delegacias sendo responsáveis pela mesma solicitação de interceptação telefônica, demanda parceria também com o poder judiciário, tendo em vista que estes são os responsáveis por autorizar ou não que os alvarás judiciais de interceptação telefônica sejam trabalhados em forma de operações nos núcleos de inteligência dessas duas delegacias. Feito isso, tais núcleos de inteligência policial trabalhariam sem compartimentação de informações e auxiliariam as duas delegacias no que tange as tomadas de decisões que ocorreriam nos andamentos das operações em conjunto.

A proposta seria de termos um trabalho em conjunto, desburocratizando a troca de informações oriundas das investigações, incluindo dos seus respectivos núcleos de inteligência, tendo em vista que ambas as delegacias veem realizando importantes trabalhos em parceria com o setor de inteligência da polícia civil da Paraíba.

REFERÊNCIAS

ABEAD - Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas. **Internações por uso de drogas crescem 600% na PB; quatro cidades lideram tráfico no Estado.** Disponível em: <http://www.paraiba.com.br/2012/01/30/98603-internacoes-por-uso-de-drogas-crescem-600-na-pb-quatro-cidades-lideram-trafico-no-estado>> Acesso em: 10/10/2016.

ADORNO, S. **A gestão urbana do medo e da insegurança: violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea.** 282 p. Tese (apresentada como exigência parcial para o Concurso de Livre-Docência em Ciências Humanas) – Departamento de Sociologia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

ADORNO, S. **Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea.** Jornal de Psicologia-PSI, n. Abril/Junh, p. 7-8, 2002.

BARBOSA, Vanessa. **Os 11 estados mais competitivos do Brasil.** Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/estes-sao-os-11-estados-mais-competitivos-do-brasil/>> Acesso em: 10/10/2016.

BENGOCHEA, J. L. et al. **A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã.** Revista São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 1, p. 119-131, 2004.

BLUMSTEIN, A. **Youth Violence, Guns, and the Illicit-Drug Industry.** Journal of Criminal Law and Criminology. N.1, vol. 86, 1995.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro. **Causas e consequências do crime no Brasil.** 2014. 200f. Tese (Doutorado em economia). Puc-Rio, Rio de Janeiro, 2014.

CCSP – Consejo Ciudadano para La Seguridad Publica y La Justicia. 2014. **World's most violent cities.** Disponível em: <<http://www.citymayors.com/security/latin-american-murder-cities.html#Anchor-49575>> Acesso em: 10/11/2016.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios** – Nota técnica nº 18. Brasília, 2016.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estudo vincula uso de drogas a homicídios.** Disponível: < <http://www.antidrogas.com.br/mostraartigo.php?c=2577&msg=Estudo%20vincula%20uso%20de%20drogas%20a%20homic%EDdios>. Acesso em: 20/06/2016.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da violência em 2016.** Fórum brasileiro de segurança pública. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160405_nt_17_atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf> Acesso em: 01/11/2016.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios.** Nota Técnica. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160510_notatecnica_diest_18.pdf> Acesso em: 01/11/2016.

FILHO, José Vicente da Silva. **Estratégias Policiais para Redução da Violência.** Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial. São Paulo, 1998.

FREITAS, Solange Pinheiro de. FRANCISQUINHO, Sergio. **A influência das drogas na criminalidade.** Monografia de conclusão do curso de especialização em formulação de gestão de políticas públicas. 2008. 86 pág. Universidade Estadual de Londrina.

Grupo UN/MRB-27, Disponível: < <http://culturaverde.org/2012/08/30/5612-dos-homicidios-no-brasil-tem-ligacao-direta-com-o-traffic/>> Acesso em: 05/07/2016.

GOLDSTEIN, P. – “The drugs/violence nexus: a tripartite conceptual framework” *Journal of drugs issues*, v.39, 1985.

LARANJEIRA, Ronaldo. **Crack: como acabar com essa epidemia que devasta o país.** Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/letra-de-medico/crack-como-acabar-com-essa-epidemia-que-devasta-o-pais/>> Acesso em: 01/10/2016.

MAIA, Lucas. TÓFOLI, Luís Fernando. Política de Drogas: superando o séc. xx. Artigo. Disponível em: <<http://jota.info/drogas-caminho-sem-volta>> Acesso em: 05/10/2016.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Drogas: cartilha sobre maconha, cocaína e inalantes** / Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), 2011. Disponível em:<<https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/politicas-sobre-drogas/cartilhas-politicas-sobre-drogas/cartilhasobremaconhacocainainalantes.pdf>> Acesso em: 10/10/2016.

NOBRÉGA, José Maria. **Como planejar políticas de segurança pública na Paraíba?** Disponível em: < <http://josemariannobrega.blogspot.com.br/2012/04/como-planejar-politicas-de-seguranca.html>> Acesso em: 01/11/2016.

SAPORI, L. F. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SAPORI, Luiz Flávio *et al.* **A relação entre o comércio do crack e a violência urbana na região metropolitana de Belo Horizonte.** 34º Encontro Anual da ANPOCS. 2010.

Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Relatório de Gestão. Ministério da Justiça. Exercício 2006.** Disponível em: <http://www.justica.gov.br/Acesso/auditorias/arquivos_auditoria/secretaria-nacional-de-seguranca-publica_senasp/relatorio-gestao-2006.pdf> . Acesso em: 20/11/2016.

UNIAD – Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas. **Crack: Como acabar com essa epidemia que devasta o país.** Disponível em: <<http://www.antidrogas.com.br/mostraartigo.php?c=4750&msg=Crack:%20Como%20acabar%20com%20essa%20epidemia%20que%20devasta%20o%20pa%EDs>> Acesso em: 01/10/2016.

UNODC – United Nations Office on Drugs and Crime. **World Drug Report 2014.** Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/lpobrazil//Topics_drugs/Publicacoes/World_Drug_Report_2014_web.pdf> Acesso em: 01/10/2016.

Violência e drogas: problemas que caminham lado a lado. Disponível em: <<http://www.jornaldebrasil.com.br/cidades/violencia-e-drogas-problemas-que-caminham-lado-a-lado/>> Acesso em: 03/10/2016.

ZALUAR, A. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.